

Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro**

À procura dos sentidos da modernização buscamos no surgimento da cidade moderna os seus elementos mais significativos. Dentre os vários novos tipos de edificação ou esferas de vida, como os denomina Habermas (1987), desde fábricas até arranha-céus, destaca-se a habitação coletiva.

Este *paper* esboça uma história da moradia nos tempos modernos no Rio de Janeiro, tendo como ponto de partida as habitações populares coletivas e insalubres surgidas a partir do processo de urbanização e industrialização. Acompanhando passo a passo as transformações havidas no espaço urbano e na habitação, delineia-se uma sequência de tipos arquitetônicos claramente definidos, que se inicia com as estalagens, os cortiços, as casas-de-cômodos e as avenidas, às quais se seguem as vilas. Posteriormente inicia-se o processo de verticalização, com o surgimento do edifício de apartamentos. Paralelamente desenvolvem-se as favelas, num contraponto que assinala as desigualdades sociais no espaço urbano.

Esta reconstituição histórica mostra claramente como no processo de modernização a moradia apresenta uma série de melhoramentos de ordem higiênica, espacial e construtiva que foram sendo incorporados pela ação do mercado e/ou do Estado. Este processo, no entanto, se fez acompanhar de forte exclusão social, afastando os grupos de menores rendimentos dos benefícios desta modernização. Outros aspectos teóricos destacados são a fragmentação do espaço e a relação moradia/trabalho.

A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O período que compreende a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX foi marcado por mudanças de ordem econômica, social, política, cultural e espacial. Em meio a estas transformações estruturais começou

*Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Este trabalho apoia-se em resultados parciais da pesquisa para tese de doutoramento «Uma história da habitação multifamiliar no Rio de Janeiro — estudo sobre a modernidade através da moradia», a ser apresentada à FAU da USP.

As ilustrações são de Simone de A. Cadinelli.

a emergir da pequena cidade comercial com feição colonial uma cidade industrial com aspectos de moderna metrópole capitalista.

Ressaltam nesta transição a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a formação de mercados e a mercantilização de bens, inclusive a moradia e o trabalho, a decadência da cafeicultura fluminense, o desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia, a definição de novas categorias sociais e a substituição de elites no poder, com a queda do império e a proclamação da República¹. O crescimento demográfico foi intenso: a população aumentou de 235 000 habitantes em 1870 para 522 000 em 1890. Foram criados modernos serviços públicos: sistemas de transporte coletivo (bondes puxados a burro e estradas de ferro), de esgoto, de abastecimento de água, telégrafo, iluminação a gás, telefone, energia elétrica, etc.

A implantação de alguns destes sistemas, como as redes de água e de esgoto e os meios de transporte coletivo são exemplos em que se percebe a exclusão conectada à modernização. Não somente o fornecimento de água, a eliminação dos dejetos e todo tipo de deslocamento de cargas e passageiros era executada pelo braço escravo, mas, como lembra Reis Filho (1978), toda a produção e o consumo da cidade (e da casa) se apoiavam sobre a força de trabalho escrava. No país que se modernizava, este trabalho não foi somente substituído pelo trabalho assalariado, mas pelas inovações tecnológicas que impunham redução numérica, maior qualificação e disciplina da força de trabalho empregada. À medida que carris de ferro rodaram sobre trilhos e que água e esgoto fluíram através de tubos e canos de ferro, os escravos foram dispensados junto com liteiras, carroças, baldes e barris. Muitos «tigres²», aguadeiros, carregadores e carroceiros foram postos à margem da economia urbana, excluídos pela modernização.

Estes trabalhadores aumentavam o contingente de escravos, libertos e imigrantes nacionais e estrangeiros que, chegando à cidade à procura de meios de sobrevivência, buscavam a área central, onde se concentravam moradia e trabalho e fervilhava a vida urbana. Nesta época a estrutura urbana se resumia na aglomeração de atividades e populações no núcleo; só lentamente os transportes coletivos viabilizariam a expansão e o espaço começaria a se especializar, definindo áreas centrais (comerciais), residenciais e industriais. Em resposta à crise habitacional que se agravava, foi no centro que se multiplicaram as moradias possíveis para esta população: as *habitações coletivas*.

HABITAÇÕES COLETIVAS INSALUBRES

A necessidade de moradias baratas para trabalhadores, a limitada disponibilidade de construções para atender a esta demanda, os altos aluguéis, a possibilidade de obtenção de bons rendimentos por parte dos privilegiados proprietários

¹ A escravidão foi abolida em 1888 e a República foi proclamada em 1889.

² Denominação dos escravos carregadores de dejetos.

e arrendatários de prédios e terrenos são fatores que fizeram com que se multiplicassem estas moradias.

As *estalagens* eram grupos de minúsculas casas térreas enfileiradas — os quartos ou casinhas —, de dimensões, compartimentos e demais elementos reduzidos ao extremo, que surgiram por volta de 1850. As *casas-de-alugar-cômodos*, ou *casas-de-cômodos*, eram casas subdivididas internamente que se multiplicaram no período republicano. Estas eram as formas possíveis de aproveitamento do restrito espaço disponível nas antigas freguesias centrais. Assim, os quintais e terrenos livres foram cobertos de frágeis casinhas e, posteriormente, casas foram desocupadas e subdivididas em cômodos. Lotes e casas eram encortçados e transformados em estalagens e *casas-de-cômodos*. Apesar de serem objetos arquitetônicos de formas diferentes, são iguais em sua essência, não apenas por serem indistintamente chamados de *cortiços*³, nem por terem os mesmos elementos de uso coletivo — w.c., banheiro, tanque, pátio ou corredor —, mas também por serem todos produtos resultantes de um mesmo sistema de produção de moradias. Neste sistema, proprietários cediam seus imóveis (casas, quintais, terrenos) a terceiros que investiam pequenas economias na construção de casinhas ou na subdivisão das edificações existentes. Os aluguéis eram considerados exorbitantes e os rendimentos fabulosos. Construir pequenos cortiços tornou-se uma prática comum entre proprietários e arrendatários de imóveis; na virada do século estavam presentes por toda a cidade, abrigando considerável parcela da população.

Numa estrutura urbana marcada pela concentração de usos e populações, a multiplicação das habitações coletivas, ao mesmo tempo que se aproveitava desta situação, contribuía para acentuá-la. As densidades demográficas e domiciliares tornaram-se cada vez mais altas. À medida que aumentava a aglomeração, reduziam-se as condições de higiene no interior da habitação. As condições e a salubridade se agravavam: periódicas epidemias de cólera, varíola e febre amarela atingiam a cidade.

Uma relação entre as habitações coletivas populares e a insalubridade da cidade foi rapidamente detectada. As habitações coletivas passaram a ser consideradas como a causa da insalubridade, e por este motivo foram condenadas a desaparecer, substituídas por habitações higiênicas. Neste combate às moradias populares insalubres destacaram-se certos agentes sociais: por um lado, o Estado, atuando através da restrição à construção de novas moradias, da imposição de normas higiênicas e da intervenção direta (fechamento de cortiços); por outro, os

³ Cortiço: «caixa cilíndrica, de cortiça, na qual as abelhas fabricavam o mel e a cera» (*Dicionário Etimológico Nova Fronteira*). O uso do termo *cortiço* para habitação coletiva provém, provavelmente, da associação que se fazia entre as estalagens e as colmeias: formadas por minúsculos casulos que abrigavam as abelhas-operárias, que passavam o dia trabalhando em meio a intenso zumbido. Outra hipótese, mais remota, sobre a origem do termo se apoia na associação a uma pequena corte, isto é, a um pátio, como no caso alemão, que denomina de «Hof» (corte ou pátio) o conjunto de pequenas casas ao redor de um pátio, e também no caso português, que denomina de «pátio» (em Lisboa) e «ilha» (no Porto) o que chamamos de cortiço.

empresários do nascente setor imobiliário, que introduziriam novo padrão de edificação no Rio de Janeiro.

Sucediam-se as denúncias de médicos higienistas, relatórios de engenheiros sanitaristas, pareceres de comissões de notáveis e editoriais da imprensa, apontando, por um lado, para as péssimas condições físicas das moradias (insalubridade, má distribuição dos espaços internos, falta de iluminação e ventilação, insuficiência e deficiência de instalações sanitárias) e consequente degradação da saúde da população moradora nessas condições e, por outro lado, para a superlotação, a promiscuidade e a depravação moral que as acompanhava.

HABITAÇÕES COLETIVAS HIGIÊNICAS E ECONÔMICAS

Em vista da alegada deterioração física e moral das classes laboriosas, o Estado imperial incentivou a construção de vilas de casas higiênicas e baratas para proletários e operários, dando concessões de favores a construtores. Estas concessões garantiam a empresários o direito de desapropriação de prédios e terrenos necessários à realização de projetos, a isenção de impostos durante vários anos e das taxas de alfândega para importação de materiais de construção.

Para que os empresários pudessem convencer a sociedade dos méritos do produto que ofereciam e ainda justificar suas pretensões à obtenção das vantagens apontadas era necessário demonstrar o grande malefício que significaria a permanência dos tipos vigentes de habitação popular. Por isso, os empresários se apossaram e amplificaram o discurso higienista, ressaltando todos os aspectos negativos destas moradias e clamando pela sua erradicação. Com o poder de irradiação de porta-vozes como empresários, engenheiros e médicos, o discurso de higiene disseminou a condenação das habitações populares coletivas (insalubres ou não), fazendo abstração das más condições de higiene que imperavam igualmente nas moradias não populares, nas fábricas, escolas, quartéis, etc.

Através deste discurso, o termo *cortiço* se generalizou e foi definido pelo seu conteúdo negativo. O *Cabeça-de-Porco*, um dos maiores cortiços do Rio antigo, arrazado em circunstâncias espetaculares pelo poder público foi consagrado como símbolo das habitações coletivas insalubres do século XIX (Vaz, 1986). O nome *Cabeça-de-Porco* se incorporou ao nosso vocabulário como sinônimo depreciativo de habitação coletiva popular e insalubre.

Para garantir as condições de higiene, a nova moradia deveria incorporar inovações técnicas e sanitárias de alto custo. Para garantir as condições de ordem, moralidade e disciplina a moradia deveria ser ampla, iluminada, arejada e com número moderado de ocupantes, com mais elementos de uso privativo e menos elementos de uso coletivo, além de permitir facilidade de controle sobre seus moradores. Para que este modelo se tornasse real, o custo seria altíssimo e incompatível para o consumo das classes trabalhadoras. Para torná-las também baratas e acessíveis aos destinatários eram imprescindíveis facilidades e isenções.

Foram muitas as concessões outorgadas mas pouquíssimas as *vilas operárias*⁴ construídas (Lobo, 1981). Uma das poucas foi a Vila Ruy Barbosa, já demolida, composta de 145 casas para famílias e 324 cômodos para celibatários, com banheiros e latrinas comuns.

Nota-se nas propostas dos higienistas a influência dos modelos europeus que se reportam às proposições dos socialistas utópicos. Apesar da ênfase nas condições técnicas e de higiene dos projetos, radicalmente opostas às das habitações coletivas existentes, a sua concepção enquanto organização de espaço de moradia pouco diferia delas, pois mantinha os cubículos (quartos para celibatários) e as instalações sanitárias e de serviço coletivas.

Muitas das disposições técnicas contidas nas propostas feitas pelos empresários foram absorvidas pelas posturas municipais, que internalizaram desta maneira os modelos que visavam o controle moral, higiênico e físico das classes trabalhadoras (Albernaz, 1985). As novas posturas municipais incentivaram a proliferação dos tipos intermediários entre as habitações coletivas e as vilas higiênicas; referimo-nos às *avenidas*, que podem ser consideradas como estalagens higienizadas. Muitas surgiram da modernização de antigos cortiços que eram reformados ou tiveram suas instalações sanitárias ampliadas ou melhoradas, como no caso do romance de Aloísio de Azevedo, em que, depois de uma reforma, a Estalagem de São Romão se tornou a Avenida São Romão.

As novas habitações coletivas — as *avenidas* — se difundiram nas novas áreas de expansão. Mas a higiene e o moderno tinham seu preço: os moradores de cortiços não podiam pagar os novos e altos aluguéis, inclusive o das casas subsidiadas. Excluía-se dos benefícios da modernização os seus destinatários específicos. Iniciava-se o processo de melhoramento das moradias com substituição dos seus moradores.

ESTADO LEGISLADOR E INTERVENTOR

Várias posturas municipais restringiram progressivamente a presença das habitações coletivas no núcleo, ampliando a zona de proibição de cortiços. A proibição de construção de cortiços na área central provocou o desaparecimento de muitos, aprisionados num impasse. Os cortiços eram fechados e multados pelos serviços de higiene, que impunham a seus proprietários a obrigação de realizar melhoramentos de caráter sanitário para reabrir o estabelecimento. No entanto, eram proibidos de realizar estas obras pelo órgão municipal de licenciamento de construções.

A legislação tornou-se um dos instrumentos mais eficazes na eliminação dos cortiços, pois proibia a abertura de novos e restringia a permanência dos exis-

⁴ A demoninação de «vila operária» designa não apenas os conjuntos de casas construídas pelos industriais, mas também aquelas realizadas por empresários imobiliários, tendo em comum o fato de serem habitados principalmente por trabalhadores.

tentes. Apesar de algumas exceções, as habitações coletivas que resistiram à ação da legislação não sobreviveram ao ataque de duas novas forças: a renovação urbana e a valorização imobiliária.

A mesma preocupação que norteava a ação contra os cortiços regia também o saneamento da cidade, principalmente dos seus trechos mais antigos e populosos. Muito mais do que higienizar, a necessidade de controlar e adequar a cidade às novas exigências econômicas e sociais impunha a criação de uma nova capital federal, para a qual era incompatível a permanência da forma e da estrutura urbana coloniais. Uma série de melhoramentos foram definidos e sintetizados no programa de renovação urbana durante a administração Pereira Passos (1902-1906). A primeira grande intervenção do poder público sobre o espaço urbano carioca resultou da ação conjunta dos governos municipal e federal e se centrou sobre três pontos: o controle sanitário, o urbanístico e o da circulação (Abreu, 1992).

As obras de saneamento e embelezamento da cidade (ou «bota-abaixo» na linguagem de época) eliminaram as condições de habitação popular que havia no centro antigo, expulsando grande contingente de moradores. As classes populares se dispersaram pelos subúrbios, pelas casas-de-cômodos do entorno imediato e pelas *favelas*, que passaram a fazer parte da imagem urbana carioca num contraponto à modernização.

A «era das demolições» deu início à prática contemporânea de transformação do espaço urbano através do contínuo processo de sua destruição-reconstrução. Devido ao aumento vertiginoso dos preços fundiários e à desvalorização dos antigos térreos e sobrados, casas velhas passaram a ser demolidas e não mais transformadas em cortiços. A continuidade das demolições se propagou para além das áreas diretamente atingidas pela reforma, ampliando a renovação das construções. As edificações das ruas não afetadas no momento inicial foram também condenadas, através dos PAs — projetos de alinhamento —, novo instrumento jurídico que, impondo recuos sistemáticos, instituiu a renovação progressiva das construções. Desta maneira dava-se continuidade à cirurgia urbana com doses homeopáticas de demolições. Instituída a prática das demolições, a oferta de terrenos se expandiu subitamente. Este processo permitiu remover o grande impedimento à expansão do setor imobiliário, a limitada disponibilidade de lotes para novas construções.

Com a reforma urbana a emergente indústria da construção civil recebeu memorável auxílio inicial; além de prédios comerciais para a nova área central, foi necessário construir nos vários bairros em formação. Estas áreas, que haviam se tornado acessíveis depois da implantação dos sistemas de transporte coletivo, absorviam o uso residencial que vinha sendo expulso do centro antigo. A partir da reforma Passos, as empresas prosperaram sem necessidade de subsídios e o mercado imobiliário se desenvolveu rapidamente.

Com a melhoria das condições de salubridade e o desaparecimento gradual dos cortiços do cenário urbano, a preocupação governamental com a habitação popular arrefeceu. Os empresários da construção civil abandonaram os projetos

de casas para os «desfavorecidos da fortuna» e dispensaram os subsídios do governo. A partir de então foram raros os construtores que se preocuparam com a questão da moradia e o moderno setor imobiliário pode crescer, esquecendo-se que havia nascido em função da habitação popular.

HABITAÇÃO POPULAR APÓS A REFORMA URBANA

No entanto, a crise da habitação não havia se atenuado; muito pelo contrário, havia se acentuado em função das políticas habitacionais e urbanas implementadas, isto é, em consequência da erradicação dos cortiços e do «bota-abaixo». A crise não só se acirrou, como também se alterou profundamente. Após a reforma o eixo da questão habitacional se deslocou, passando da forma para o espaço da habitação, isto é, se transferiu da moradia em si para o seu *habitat* (Abreu, 1986). Passada a «era das demolições», a habitação popular deixava de ser vista como uma construção (cortiço) entre outras e se tornava uma área (favela) entre outras. Trata-se aqui de um aspecto de uma transformação maior em curso: a divisão/especialização dos espaços que ocorre em paralelo à divisão/especialização do trabalho⁵. Este processo inerente à modernização urbana foi acelerado pela haussmanização: a separação de atividades e de classes sociais no espaço. A separação moradia/trabalho e ricos/pobres se acelerou com a formação da zona central, das zonas industriais e dos bairros residenciais diferenciados e segregados. Estas áreas se tornaram acessíveis com a emergência dos sistemas de transporte, que reaproximaram o que a modernização distanciou.

No Rio de Janeiro, através deste processo, a população trabalhadora foi expulsa das freguesias centrais e empurrada para novos *habitats* no entorno. A parte da população mais dependente da centralidade manteve-se na proximidade em habitações coletivas nos bairros antigos periféricos ao centro; outra parte distanciou-se, procurando estabelecer-se nos subúrbios, local ideologicamente destinado a esta população. Neste ponto é ainda Abreu (1986) quem assinala um paradoxo crucial.

Já desde meados da década de 1880 o subúrbio se tornara uma nova opção de moradia popular: o trabalhador, embora arcasse com o ônus do transporte ferroviário, lá encontrava grande oferta de lotes e podia construir ou autoconstruir sua casa, pois lá vigorava a «liberdade de construção» (designação de um conjunto de facilidades vigentes). O prefeito Passos, buscando o controle total do espaço, baixou o decreto n.º 391 de 10 de fevereiro de 1903, regulando as construções e instituindo uma série de exigências técnicas, arquitetônicas e legais que oneravam novas edificações em toda a cidade. O rol de imposições encareceu de tal maneira a construção na zona suburbana que a inviabilizou para os trabalhadores.

⁵ V., a respeito, Lojkin (1981) e Santos (1979).

Expulsos do centro e impedidos de se assentar até nos locais mais distantes e mais econômicos, os pobres encontraram outra opção na ocupação de morros vazios nas proximidades do centro. A autoconstrução com materiais precários sobre terrenos de propriedade incerta se difundiu rapidamente e a favela começou a se fazer notar na paisagem da cidade.

ALTERNATIVAS DE MORADIA

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre as origens da favela, convém analisar melhor a crise da habitação no período em estudo, revendo a afirmação tantas vezes repetida de que os pobres do Rio antigo viviam na sua maioria em cortiços.

Os dados estatísticos indicam que, apesar de cerca de três quartos da população ser considerada pobre, apenas uma parte desta camada popular habitava os cortiços. Com efeito, apesar da pouca confiabilidade dos dados disponíveis, há entre eles uma certa coerência, pois apontavam para uma pequena, mas crescente, parcela de moradores em habitações coletivas⁶: 9,65% da população em 1869; 11,72% em 1888 (estatísticas higienistas); cerca de 17% em 1890 (estimativa da construção civil); cerca de 20% em 1891 (estimativa higienista); aproximadamente 25% em 1890 (cálculos de estudos posteriores) (Vaz, 1985).

Coloca-se então a questão: se os dados oficiais estimam em uma décima parte da população os moradores de cortiços, e se até as mais alarmistas estimativas só localizaram cerca de uma quarta parte da população nestas habitações, onde moraria o restante da massa sem recursos? Onde se alojava a maioria dos pobres do Rio antigo?

Os dados estatísticos nos conduzem a respostas duvidosas e conflitantes. Há, no entanto, uma série de indícios que apontam para várias outras soluções de moradia que certamente abrigavam um contingente não desprezível da população. É sobre as alternativas não modernizadas, não reconhecidas, não contabilizadas e não controladas que dirigimos a nossa atenção.

A provisão da moradia para os trabalhadores por parte dos patrões era uma prática comum até o início do século. A tradicional unidade trabalho/moradia ainda não havia sido totalmente rompida pela modernização. Isto significa que grande parte dos trabalhadores morava em seus locais de trabalho, o que se confirma pelos relatos de diferentes origens, seja jornalística, sanitarista ou literária, que se referem a padeiros dormindo junto aos fornos das padarias, jornaleiros nas tipografias, caixeiros nos armazéns, etc. O próprio sentido do termo *habitação* era muito mais abrangente: sob esta rubrica, os levantamentos incluíam todas as modalidades de construções, desde as especificamente

⁶ Sob a rubrica «Habitações» incluíam-se na última década do século XIX as moradias ditas insalubres (cortiços, estalagens, casas de cômodos) e as higienizadas (avenidas, vilas higiênicas, vilas operárias).

residenciais até as comerciais de todos os tipos, as institucionais e as industriais. Para o «Cadastro de Habitações do Distrito Federal» de 1895 havia domicílios em todas as edificações da cidade, morava-se junto de todas as atividades produtivas.

Após a revolução industrial o afastamento dos espaços de moradia dos espaços de trabalho se torna crescente. No modo de produção capitalista solução clássica adotada pelo patronato para garantir esta proximidade foi a vila operária. No Rio de Janeiro, antes da difusão do modelo europeu higiênico e disciplinar, os empregadores ofereceram outras modalidades de alojamento aos trabalhadores. No período escravista a provisão da moradia para os trabalhadores era competência indiscutível do senhor e o alojamento tradicional era a *senzala*. No período da transição surgiram os *dormitórios de trabalhadores*, que podiam ser grupos de quartos ou casinhas, como estalagens, ou grandes casas coletivas, ou ainda barrações, que abrigavam trabalhadores escravos e/ou livres.

Os dormitórios, senzalas e vilas operárias são objetos arquitetônicos que materializam a relação moradia/trabalho no espaço. Não é somente nas formas edificadas que esta relação se expressa, mas também nas práticas sociais.

Uma das práticas mais comuns, recorrente a cada manifestação de crise de habitação, é a oferta de *quartos de aluguel* em residências particulares. Os quartos de alugar eram fato comum na vida carioca da época, abrigando não apenas os trabalhadores pobres, mas de diferentes faixas de renda, inclusive dos estratos médios, como nas *casas de pensão*. Os espaços alugados e o número de locatários definiam modalidades diferentes de moradias. Um mesmo sobrado podia ser em etapas diferentes uma «casa de família» em que se alugavam quartos, uma casa de pensão, uma casa-de-cômodos ou até uma *hospedaria* barata onde se alugavam camas, vagas ou esteiras por noite.

Assim como os «quartos de alugar», outros espaços no interior de casas particulares foram utilizados para moradia, como os *sótãos* (aproveitamento do vão do telhado) e os *porões* (aproveitamento do rés-do-chão). Enquanto o aluguel de quartos resguardava proprietários e locatários da interferência de qualquer órgão controlador, porque se inseria na órbita do privado, com os sótãos ocorria o inverso: eram acréscimos nas casas, visíveis da rua, tidos legalmente como imóveis independentes, pagando imposto predial. Várias posturas municipais proibiram a moradia nos sótãos. Os porões, ao contrário dos congêneres europeus, não eram espaços subterrâneos, mas os compartimentos situados ao nível do chão ou poucos degraus abaixo. Os andares térreos eram tradicionalmente utilizados para depósitos e dormitórios da escravaria e/ou da criadagem; quando surgiram as casas assobradadas, devido às imposições higiênicas que recomendavam elevar os compartimentos habitáveis do solo, criaram-se espaços úmidos e com pé-direito baixo. Estes vazios insalubres foram ocupados para moradia. Com a difusão da cessão destes espaços, a municipalidade proibiu a residência nos *porões* e *lojas* em 1892.

Há registros de subdivisão e aproveitamento de todas as dimensões das edificações, inclusive a altura. Neste caso, dividia-se o pé-direito em dois, ou

construíam-se *jiraus* para moradia, liberando o térreo para área de trabalho. Como exemplo de aproveitamento de estruturas físicas destinadas originalmente para outros fins, um dos mais pitorescos é, sem dúvida, a utilização dos arcos do Aqueduto da Carioca. Há ainda notícias de aproveitamento de ruínas, vãos e cavernas nos morros.

Além das adaptações em térreos e sobrados, surgiram também novas construções. O *chalé* era uma construção bem mais leve que as tradicionais, com telhado de duas águas e caimentos laterais, que se difundiu rapidamente. Na virada do século, o termo designava, por um lado, um estilo arquitetônico elegante e romântico e, por outro, frágeis casinhas de madeira. Em 1900, quando uma grande quantidade de pequenos chalés de madeira infestava a cidade, a municipalidade proibiu sua construção. Possivelmente alguns destes chalés não passassem de casebres.

Durante a crise, uma das últimas alternativas para os despossuídos era a construção de casebres em locais onde o acesso à terra podia se realizar sem muitas despesas: fora da cidade ou nos seus vazios, os morros. Nos arrabaldes de caráter rural a presença de casinholas esparsas era comum; foi apenas depois que os casebres se multiplicaram e se aglomeraram é que passaram a chamar a atenção. Alguns historiadores identificam uma relação entre o retorno dos soldados combatentes da guerra do Paraguai (1870) e a ocupação das encostas de alguns morros. Mas antes disso o fato já havia sido observado:

[...] há uma parte de nossa população pobre, que, fugindo do centro da cidade (velha) onde as casas são mais caras, vai habitar os arrabaldes ou mesmo as montanhas situadas no coração da cidade [Costa, 1865].

A presença de casebres em morros levanta a hipótese de se tratar de formas embrionárias de favela. Apesar de não se tratar ainda de favelas, o que inclui, além da pobreza, a conotação de adensamento, ilegalidade, insalubridade, desordem, autoconstrução e falta de serviços e infra-estrutura urbana, há certamente uma estreita relação entre os primeiros casebres esparsos e os grupamentos que logo se tornariam marcantes na cidade.

CASEBRES E FAVELAS

Para compreender um pouco a formação das favelas é necessário considerar que no cenário urbano muitas transformações ocorrem lentamente; quando são percebidas, revelam processos que materializaram tendências há muito latentes. Para analisá-las é preciso buscar conexões entre os fenômenos no tempo e no espaço.

A favela só se tornou fenômeno reconhecido oficialmente na década de 1940; sua história até este momento, inclusive suas origens e sua expansão inicial, é ainda uma lacuna na historiografia do Rio de Janeiro. São poucos os registros disponíveis para reconstituí-la.

A versão mais difundida sobre o início da favela remete à guerra de Canudos. A favela do morro da Providência teria sido formada por soldados que retornaram do sertão baiano em 1897. Os ex-combatentes, acampados nas cercanias do Ministério da Guerra, na base do morro, aguardavam definição sobre sua situação no exército; como não recebessem resposta, permaneceram à espera, estabelecendo-se em casebres precários construídos nas encostas⁷. É de se supor que já houvesse outros barracos neste local surgidos depois da demolição do Cabeça-de-Porco, que se situava justamente num dos acessos ao morro (Vaz, 1985).

Apesar de não ser conhecida, a história da favela de Santo António (já desaparecida) tem origem semelhante: os praças de outro batalhão, também retornados da campanha de Canudos, que construíram seus barracos com autorização dos chefes militares no morro situado nos fundos do quartel entre as Ruas Evaristo da Veiga e Lavradio. Em 1897 já havia 41 barracos no local; em 1901, 150 casinhas com mais de 600 moradores, e, em 1910, 1314 barracões com cerca de 1000 habitantes (Abreu e Vaz, 1991).

Ao final do século XIX os registos da presença de favelas indicam a ocupação dos morros mais próximos da área central; na primeira década do século XX já havia notícias sobre grupos de barracões, choupanas ou casebres em morros da zona norte — Salgueiro em 1909 e Mangueira em 1910 — e na zona sul — Copacabana em 1907. O crescimento das favelas torna-se vertiginoso após os anos 30. Novas favelas surgem acompanhando as principais fontes emergentes de emprego: industrial na zona norte e de serviços na zona sul.

Não cabe nos limites deste texto dar continuidade à história das favelas cariocas. O objetivo da reconstituição histórica de alguns dos seus momentos iniciais é o de detectar algumas relações entre as formas *cortiço* e *favela* e entre a modernização da cidade/moradia e a exclusão sócio-espacial.

As favelas (?) da virada do século a que nos referimos anteriormente não eram certamente o mesmo que entendemos hoje por esta palavra. Talvez pudessem até ser consideradas formas indefinidas, intermediárias entre o cortiço e a favela, entre o velho e o novo. Neste sentido podemos apontar aspectos comuns entre as habitações coletivas insalubres e as primeiras ocupações dos morros, além daqueles associados à pobreza.

Na virada do século alguns exemplos de habitação popular apresentam traços da forma antiga e da forma nova. É neste sentido que se dizia que o Cabeça-de-Porco seria uma «semente da favela»: pela presença de barracões e de casebres no interior do grande cortiço. Por outro lado, as primeiras fotos do morro da Favela mostram a presença de casas coletivas baixas e compridas formadas pela

⁷ O termo *favela* provém da presença no local de arbustos com favas, que no sertão baiano eram chamados de «faveleiros».

Inicialmente esta palavra designou o morro e os moradores. Na primeira década do século XX o morro da Providência já era designado por morro da Favela; por volta de 1920 a palavra já era utilizada como substantivo nos jornais.

sucessão de casas de porta e janela que dificilmente poderiam ser chamadas de autoconstruídas.

Outro ponto em comum é a forma de acesso à habitação: há várias referências ao aluguel de barracos, de «cavas», do «chão» e de terrenos nas primeiras favelas. A questão da cobrança de aluguel remete à forma de propriedade: algumas das primeiras favelas não resultaram de invasões, mas de grupos de imóveis de aluguel. Alguns proprietários de cortiços possuíam também imóveis de aluguel nas primeiras favelas (Vaz, 1985); em 1948 31,4% das unidades pagavam aluguel (dos barracos) e 6,4% pagavam aluguel «do chão» (*Censo das Favelas*, 1949).

Outra conexão a ser destacada diz respeito ao processo de especialização funcional e social do espaço urbano. Os usos do solo e as classes sociais, antes misturadas, se aglomeravam em áreas exclusivas para cada categoria; os cortiços abandonavam o centro, onde se concentravam as atividades comerciais e de serviços. Os casebres passavam a ser expulsos de certos pontos e tolerados em outros, onde se concentravam, geralmente junto à oferta de trabalho, em terrenos de difícil edificação e de propriedade indefinida. A favela tem na sua origem a ação do mesmo processo sócio-espacial que determinava o fim dos cortiços.

Outra conexão importante diz respeito à ação do Estado. Vimos anteriormente o impulso dado pelo poder público à autoconstrução nos vazios urbanos durante a reforma Passos, decorrente da impossibilidade de permanência das classes populares nas tradicionais habitações coletivas e da inviabilidade de outras opções formais. Ironicamente, outra forma de incentivo governamental foi através do decreto n.º 391 de 1903, que proibia terminantemente não só a construção, como qualquer melhoramento, obra ou conserto em cortiços. A construção de «barracões toscos» também era proibida, com uma exceção: «[...] salvo nos morros que ainda não tiverem habitações [...]»

Assim, uma relação causal pode ser estabelecida entre a emergência da nova forma de habitação popular e a ação do Estado. Paradoxalmente, a nova forma que surgia como efeito e consequência da política higienista habitacional e urbana revelou-se tão ou mais insalubre e promíscua do que a anterior, que se desejou higienizar e disciplinar.

MORADIAS COLETIVAS NO SÉCULO XX

A partir do início do século o setor imobiliário se expandiu com a construção de prédios comerciais no centro e residenciais nos bairros e subúrbios. Em alguns bairros onde se instalaram indústrias localizaram-se vilas operárias de fábricas, além das avenidas de particulares. Em pouco tempo, já na década de 20, alterou-se o sentido da vila operária de fixação da força de trabalho, devido ao aumento do número de trabalhadores disponíveis, à repressão ao movimento operário e à oferta de outras alternativas de moradia. As fábricas cessaram a construção de moradias e a produção de casas em série continuou a ser realizada por particula-

res. Pequenos e grandes investidores encontraram na construção de moradias um emprêgo de capital rentável e seguro. Com a expansão dos sistemas de infra-estrutura e dos serviços urbanos e a conseqüente valorização e consolidação das áreas residenciais, uma emergente camada social de maior poder aquisitivo passou a demandar estes bairros e estas moradias. O padrão arquitetônico das casas diversificou-se, incorporando avanços tecnológicos e adequando-se aos novos moradores: as camadas médias. A legislação referente às construções em série foi revista; vários melhoramentos tornaram-se obrigatórios e a categoria *avenida* desapareceu, substituída pela *vila*.

A busca de melhor aproveitamento do terreno fez aumentar a altura das construções e o número de unidades habitacionais: surgiram sobrados de três ou quatro pavimentos e formas intermediárias entre as vilas e os *edifícios de apartamentos*, as «casas coletivas de apartamentos», edificadas conforme os padrões tradicionais. No entanto, impunha-se ir além, produzir mais moradias, dar maior aproveitamento aos lotes; tornava-se imperativo verticalizar.

Mas aqueles padrões não poderiam se transformar nos grandes edifícios típicos do século xx: a própria maneira de organizar os espaços, de estruturar os elementos construtivos, a sua técnica de construção, o seu sistema de produção, circulação e consumo chegavam aos seus limites. Os modelos que nortearam as produções anteriores se esgotaram. Não se poderia ampliar as construções para o alto, como antes se enfileiravam casinhas lado a lado, nem seria mais possível aumentar indefinidamente o número de unidades para aluguel, se se tornavam raros os proprietários/capitalistas que pudessem arcar com tal despesa, nem se poderia erguer os pavimentos dos prédios aos poucos, na medida da disponibilidade dos recursos do proprietário; nem seria mais possível fazer aumentar o número de andares sem dar condições de alcançá-los, além das escadas, e sem adotar novas estruturas, em vez das alvenarias tradicionais. As técnicas e o saber construir, a organização dos espaços, as formas de produção, comercialização e consumo teriam de se pautar por novos parâmetros, novos modelos. Finalmente, o espaço urbano, o cenário onde poderiam irromper estas novas formas, também seria outro. Nem nos bairros tradicionais nem operários; os arranha-céus surgiram nos trechos modernos da orgulhosa capital federal: num dos extremos da Avenida Central e no salubre arrabalde de Copacabana.

A expansão dos «rasga-céus» foi rápida; a produção em escala se fez acompanhar de novos materiais e técnicas (aço, concreto armado, sistemas hidráulicos, eléctricos, elevadores, etc), novas formas de projetar, calcular e construir, instituindo a separação saber/fazer (engenheiros e arquitetos substituíram os mestres-de-obras), novas formas jurídicas (condomínio, «fração ideal», nova legislação para construções), novo sistema de produção (incorporação) e comercialização (vendas a crédito).

Ao contrário do que ocorreu em outros países em que a verticalização surgia como solução técnica necessária para a questão da habitação, no Rio de Janeiro o edifício de apartamentos emerge como a moradia das ascendentes classes médias, como símbolo do bom gosto, do luxo, da distinção e do moderno.

Os primeiros arranha-céus acentuaram as características opostas às das antigas habitações coletivas: foram localizados em zonas valorizadas, construídos com materiais nobres (principalmente nas áreas comuns, de serviço e sanitárias), destinados a uma clientela disposta a pagar tudo isto e mais a promessa de um modo de vida moderno. Apesar de surgido pouco tempo depois de o discurso higienista condenar a promiscuidade decorrente da «aglomeração de indivíduos», isto é, a coletivização da moradia, o edifício de apartamentos, mesmo acentuando a socialização do espaço, se propagou por toda a cidade.

Na segunda metade do século xx o Código de Obras incorporou este modelo e o impôs como padrão, proibiu a construção de vilas e rebatizou a habitação coletiva de habitação multifamiliar. Tornava-se um dado técnico o que durante décadas acumulou carga ideológica. Com a nova forma, novo conteúdo social, nova localização, e nova maneira de morar, a aversão e o desprezo pela habitação coletiva se transformaram rápida e radicalmente em aceitação e admiração.

O edifício de apartamentos, que representou uma transformação radical em muitas esferas do morar, significou também uma exclusão radical, pois o novo tipo de habitação coletiva marcou o emburguesamento desta categoria. A exclusão passa a se expressar claramente no espaço; a modernidade de meados do século xx no Rio de Janeiro se revela através de dois claros elementos: a verticalização e a favelização.

MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO

Com este estudo histórico procuramos contribuir para a ampliação dos horizontes da discussão sobre os significados da modernização. Este é um conceito das ciências sociais que vem se modificando. A noção de que as sociedades subdesenvolvidas passariam da tradição à modernidade repetindo características das sociedades avançadas já foi criticada e revista. Estudos apoiados numa perspectiva histórica têm demonstrado que o processo de modernização tem levado os países latino-americanos a resultados bem diferentes dos alcançados pelos países centrais. O estudo das transformações da cidade e da moradia no Rio de Janeiro nos afastam definitivamente da noção de caminho linear e homogêneo, como aquele traçado pela teoria da modernização. Na verdade, as manifestações e consequências deste processo acentuam as desigualdades que marcam nossos espaços e tempos modernos.

No longo trajeto em que a habitação «se adapta aos usos e necessidades modernas», isto é, se moderniza, a negação de estender seus benefícios a toda população se repete. A possibilidade de prover habitação para os necessitados serviu muitas vezes para viabilizar a produção/difusão dos novos tipos, que, uma vez estabelecidos, ratificam a exclusão. Com este argumento os primeiros empresários obtiveram concessões, a construção de «casas para operários e proletários»

verticalização seria possível construir mais unidades habitacionais por terreno, seria possível produzir em massa e baratear a moradia.

Os melhoramentos que foram adotados em nome da solução do problema da moradia, como a higienização, a produção em massa e o barateamento da moradia, distanciaram-na cada vez mais da própria origem da habitação moderna, a moradia popular, coletiva e insalubre.

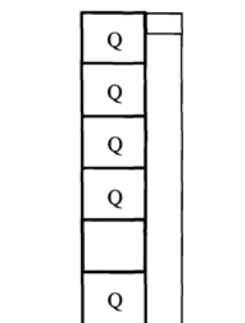
A modernização urbana significou a exclusão de grande parcela da população dos novos espaços e meios de consumo coletivos. A modernização da moradia significou a exclusão de amplos segmentos populares dos progressivos melhoramentos incorporados às formas de habitação produzida no sistema de mercado. Tanto na construção da cidade quanto na construção da moradia os melhoramentos, o saneamento e a ordenação dos espaços privaram as camadas de menores rendas destes progressos.

As condições de habitação popular estabelecidas a partir da modernização expuseram claramente na paisagem a desigualdade social que antes se entremecia no tecido urbano. As favelas materializaram no espaço a própria negação do saneamento, do controle e da modernização idealizada para a cidade. Lutando contra as forças que afastavam a população das suas condições de trabalho e dos seus círculos de vizinhança, as favelas inscreveram no espaço não somente a afirmação da necessidade imperativa da proximidade entre a moradia e o trabalho, mas também a resistência da população às transformações da modernização.

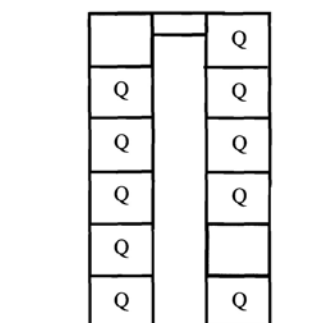
BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Abreu (1986), «Da habitação ao *habitar*: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução», in revista *Rio de Janeiro*, n.º 200, Abril.
- ABREU, Maurício de Abreu (1987), *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IPLANRIO/J. Zahar.
- ABREU, Maurício de Abreu, e Lilian Fessler Vaz (1991), *Sobre a Origem das Favelas*, trabalho apresentado ao IV Encontro Nacional da ANPUR, Salvador.
- ALBERNAZ, Maria Paula (1985), *As Vilas: Uma Contribuição para a História da Arquitetura Popular do Rio de Janeiro através do Estudo do Espaço Urbano*, tese M. Sc., PUR/UFRJ.
- COSTA, A. Correa de Souza (1865), *Qual a Alimentação que Usa a Classe Pobre do Rio de Janeiro e Sua Influencia sobre a Mesma Classe*, Rio de Janeiro, Typ. Perseverança.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (1981), «Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro na década de 1880 à 1920», in *Nova Americana*, 4.
- LOJKINE, Jean (1981), *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*, São Paulo, Martins Fontes.
- PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL (1949), *Censo das Favelas*, Rio de Janeiro.
- REIS FILHO, Nestor Goulart (1978), *Quadro da Arquitetura no Brasil*, São Paulo, Ed. Perspectiva.
- SANTOS, Milton (1979), *Espaço e Sociedade*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- VAZ, Lilian Fessler (1985), *Contribuição ao Estudo da Produção e Transformação do Espaço da Habitação Popular. As Habitações Coletivas do Rio Antigo*, tese M. Sc. PUR/UFRJ.
- VAZ, L. F. (1986), «Notas sobre o Cabeça de Porco», in revista *Rio de Janeiro*, n.º 2, Abril.

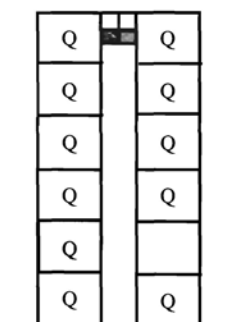
Habitações coletivas populares e insalubres — cortiços



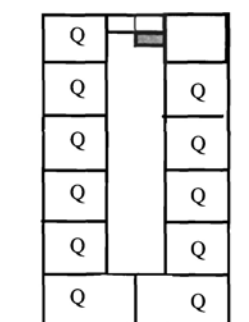
Estalagem — com 6 quartos



Estalagem — com 12 quartos



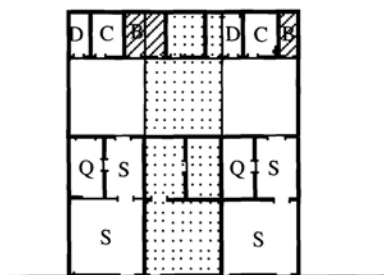
1.º pavimento



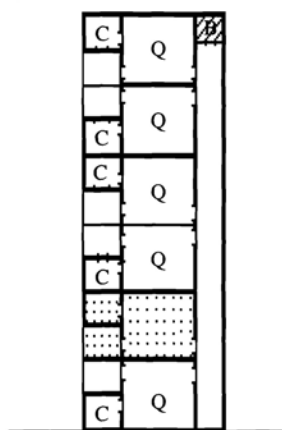
2.º pavimento

Casa-de-cômodos
com 24 quartos

Habitações higiênicas

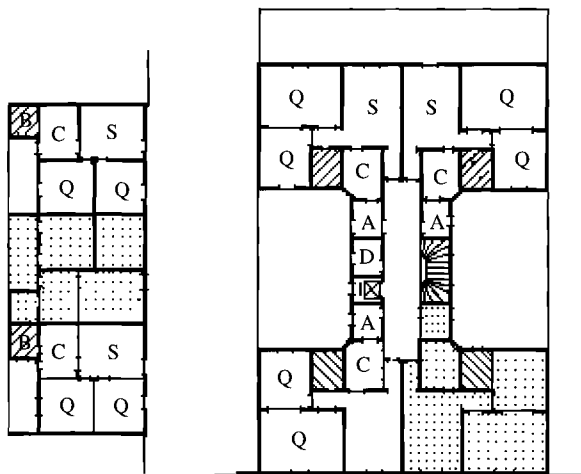


Avenida — projeto de concessionário



Avenida

Habitções das classes médias



Vila

Edifício de apartamentos

Favela

